



Entrevista

PROF. DR. RICARDO SEITENFUS'

Entrevista

1. De onde surgiu a ideia de rumar à Europa aos vinte anos, quais foram suas principais motivações, objetivos e o que esperava encontrar lá?

Trata-se de uma conjunção de fatores. Aos 20 anos de idade provavelmente fazemos coisas que mais tarde nos perguntamos como fomos capazes. Estava vivendo um momento que é crucial na vida das pessoas e eu decidi continuar o que já havia feito em anos anteriores, ou seja, buscar minha independência e exercer uma liberdade percebida como essencial. Com efeito, aos 11 anos saí de Arroio do Tigre e fui estudar em Sobradinho (meros 10 km de distância mas que me pareceram uma mudança considerável). Antes de completar 16 anos, fui estudar no Colégio Estadual Júlio de Castilhos em Porto Alegre. Estudava a noite e trabalhava durante o dia. Quando concluí o “Julinho” um amigo meu de Sobradinho, que estudava Medicina em Lisboa no âmbito do Programa de cooperação educacional existente entre os dois países, me sugeriu que viesse estudar em Portugal. Reuni minhas economias e fui. Me matriculei em Engenharia (havia feito o Científico no Julinho). Dupla decepção: com o Curso e com a ditadura lusa, ainda mais retrógrada e obscurantista que a brasileira. Convencido que a Europa começava após os Pirineus, decidi ir para Genebra onde pude percorrer toda a trajetória universitária. Portanto, se tratou de uma dupla viagem de iniciação: por um lado ao especial e fascinante mundo universitário e por outro um mergulho em culturas distintas que me deram o gosto da mudança, do desafio, da aceitação do outro e do viver intensamente.

2. Tendo em vista a época anterior ao nascimento do senhor, três anos após o término da segunda guerra mundial, período de exaltação aos ‘pracinhas’ da Força Expedicionária Brasileira em âmbito nacional, o que o levou a escolher trinta anos mais tarde o tema “A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial” para defesa em sua tese de doutorado?

1 Ricardo Antônio Silva Seitenfus possui graduação em Ciência Política - Université de Genève (1973), graduação em Economia do Desenvolvimento - Université de Genève (1973), graduação em História Moderna e Contemporânea - Université de Genève (1978), e doutorado no Institut Des Hautes Etudes Internationales (IHEI) - Université of Genève (1980). Foi (atualmente cedido a OEA) professor titular da Universidade Federal de Santa Maria, editor da Revista de Integração Latino-Americana (RILA), foi Diretor geral e acadêmico da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA), consultor do Ministério das Relações Exteriores, da Organização das Nações Unidas (ONU), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CA-

“(...) eu decidi continuar o que já havia feito em anos anteriores, ou seja, buscar minha independência e exercer uma liberdade percebida como essencial”

O tema escolhido, embora inserido num contexto de profunda crise internacional, é um tema clássico de política externa. Essa razão seria suficiente. Todavia, a escolha do tema deveu-se a vários outros fatores. Em primeiro lugar, trata-se de um tema importante e pouco conhecido. Em seguida, como pretendia lançar mão das fontes primárias que se encontravam nos arquivos diplomáticos alemães e italianos, praticamente inéditos, poderia prestar um serviço a outros pesquisadores interessados na temática. Além disso, o que me chamava a atenção, inclusive constitui a espinha dorsal de minha tese, era a tentativa de responder a seguinte pergunta: como um regime imposto ao país em novembro de 1937 e que advogava abertamente sua filiação ideológica ao totalitarismo europeu, em menos de dois anos se transforma em inimigo do futuro Eixo e colaborador indefectível dos futuros Aliados? Como imaginar o ditador Vargas travestido de defensor da democracia liberal? Enfim, pensava eu que com esta escolha teria não somente um tema original, pouco tratado na historiografia brasileira (desde a publicação da 1ª. edição de minha tese em 1985, essa situação mudou muito e atualmente existe uma importante comunidade de pesquisadores brasileiros trabalhando sobre este período), como também teria acesso a fontes primárias ainda não exploradas. Portanto os ingredientes para uma boa tese estavam reunidos. Pude, então, lançar-me nesta aventura que durou sete anos e fizeram de mim o primeiro brasileiro a doutorar-se em RI.

3. Num mundo em constante mudança, em sua opinião, o estudo das Relações Internacionais, hoje, dá conta da complexidade das relações no mundo? Em que medida, e com qual grau de resolutividade?

Essa pergunta parte do pressuposto que existe “um” estudo das Relações Internacionais, o que é, sem sombra de dúvidas, uma visão demasiadamente otimista de nossa disciplina, que é marcadamente indisciplinada...

O extraordinário desenvolvimento dos estudos internacionais no Ensino Superior brasileiro nestes últimos 15 anos constitui o melhor exemplo da diversidade de abordagem, de teorias – por vezes díspares, por vezes complementares – de metodologias distintas, de pressupostos, de fontes, de formações e de horizontes distintos. Analisando o currículo de cada curso de RI no Brasil, poderíamos melhor compreender que a matéria-prima objeto de nossa preocupação ocupa um campo dificilmente delimitado. Onde começam os estudos das RI? O processo decisório interno dos Estados (ou das corporações) não é importante para o estudo das RI?

PES) e do Ministério da Educação. Foi Vice-Presidente da Comissão Jurídica Interamericana (CJI) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Atualmente é Representante Especial do Secretário Geral da OEA e Chefe do Escritório da OEA no Haiti. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Política Externa do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: Mercosul, relações internacionais, diplomacia brasileira, organizações internacionais, relações Brasil-Haiti e política externa brasileira.

4. Quais, portanto, as diferenças, a seu ver, dentre o estudo das Relações Internacionais e de sua prática, de parte de seus principais executores: seja os diplomatas, seja os dirigentes dos estados-nação? Haveria um gap entre essas duas possibilidades?

Defendo que as RI não podem ser percebidas como um fenômeno estanque, mas, ao contrário, elas devem ser entendidas como o cruzamento de várias disciplinas em um mundo cujos interesses e valores se interpenetram de maneira irrefreável. O internacionalista competente será aquele capaz de trilhar caminhos para os quais ele não se preparou. Que tenha a coragem de enfrentar o novo, de compreender o outro, de observar e avaliar o mundo com olhos que não são seus. Claro está que devemos privilegiar os três pilares clássicos do estudo das RI: História, Economia e Direito. A esses agrega-se a Política – que se esforça para ser “ciência” – e que continua em sua (felizmente vã) tentativa de transformar as RI em uma área de seu domínio exclusivo. Apesar de todas as precauções enumeradas e a exigência de um espírito inquieto e aberto, as relações internacionais vividas tendem a escapar do analista. Minha atual experiência na qualidade de Representante Especial do Secretário Geral e Chefe do Escritório da OEA no Haiti conforta essa convicção. Todavia, os analistas em RI possuem uma tripla vantagem em relação aos atores das RI. Por um lado, o distanciamento que permite uma visão panorâmica. Por outro, a independência de julgamento e, enfim, utensílios teóricos e metodológicos que os atores raramente possuem.

5. Considerado o pós 2ª Grande Guerra como um dos parâmetros temporais das ações em RI, no momento, quais seriam as competências fundamentais de um internacionalista, seja no âmbito oficial, seja no âmbito privado?

Creio que há alguns predicados gerais dos intelectuais: curiosidade, inquietação, conformismo, disciplina criativa, independência de julgamento, honestidade científica, etc. Outros, próprios aos do ramo das RI: gosto pelas relações inter-culturais, aceitação do outro, dos diferentes, humanismo exacerbado, aptidão ao aprendizado de idiomas, paixão pela geografia sob todos seus aspectos (física, humana, econômica), considerar que o mundo é sua casa e que antes de sermos “nacionais” de uma país somos parte do gênero humano. Sobre esse alicerce deve ser construída uma formação sólida que permita ao internacionalista não ser somente um ser adaptado ao mundo mas um ator capaz de participar na construção do mundo.

6. Em seu livro “Os desafios internacionais do Brasil” declara: “Os assuntos internacionais são percebidos como secundários nas preocupações públicas ou privadas dos países, seja por desconhecimento seja por desinteresse...”. Se o governo continuar tomando como priori-

dades questões eleitorais e corporativas e deixando de lado os interesses de se aprofundar em temas internacionais, o país poderá futuramente perder a credibilidade para manter diálogos abertos e democráticos em suas relações internacionais?

É imperioso enfatizar que raros são os países cujos governos promovem a discussão de temas internacionais e de política externa. De fato, a grande maioria deles exerce um verdadeiro monopólio sobre os além fronteiras. Assim, eles proíbem o acesso aos arquivos diplomáticos, não participam de debates com os especialistas, desconfiam e discriminam os pesquisadores universitários (particularmente os nacionais, o que provocou, no caso brasileiro, o surgimento da Escola Brazilianista), manipulam a opinião pública e não prestam contas ao Parlamento. As motivações que levam os Estados a agir de tal maneira são de natureza variada: complexidade do tema; delicadeza de certas questões envolvendo a segurança nacional; necessidade de apresentar uma única e exclusiva posição (a do Governo de plantão) frente ao exterior; concepção radical do princípio do interesse de Estado que conduz ao segredo de Estado, etc. Contudo, considero que a situação em nosso país muito evoluiu nestes últimos anos. O surgimento de novos atores públicos nacionais que possuem um alcance internacional (estados da Federação, certas Municipalidades) os quais, embora não pratiquem diplomacia, interagem com seus pares do exterior, fazendo com que nem sempre a posição brasileira seja apresentada de forma unívoca (inclusive o Itamaraty criou um Departamento que trata da “diplomacia Federativa”). Por sua vez, o sistema brasileiro de Ensino Superior desperdiçou para a temática internacional. Hoje pode-se afirmar que existe uma comunidade nacional cujo campo de interesse científico são as relações internacionais. Enfim, a própria evolução do Brasil e do mundo contemporâneo fizeram com que um duplo movimento se manifestasse: o mundo está cada vez mais presente na cultura, na política, na economia e no cotidiano dos brasileiros fazendo com que o país se internacionalizasse. Concomitantemente abandonamos o respeito estrito ao tradicional princípio que considerava o país desprovido de excesso de poder e portanto sem condições de tomar iniciativas internacionais. Embora observamos ainda muita cautela com relação ao mundo, não mais desfraldamos a bandeira de uma diplomacia reacionária – no duplo sentido de somente reagir aos acontecimentos e igualmente de não colocar em questão os fundamentos das RI. De certa forma, essa evolução imprimiu uma velocidade e um aprofundamento dos temas internacionais que se impõem a todos. Não há mais como o governo resistir a um movimento que lhe transcende. Outra situação encontramos no Congresso Nacional. De maneira singela Senadores e Deputados explicam a relutância em operar com temas internacionais porque seus eleitores não o exigem deles. Além disso, o internacional é sempre percebido pelo Legislativo através da agenda do Executivo (para criticá-lo ou defendê-lo).

7. O Brasil vive um crescendo de importância econômica, diplomática e militar. Concomitante a esse crescimento, há notícias de que nossos vizinhos da América Central e do Sul, cada vez mais, reclamam de “ações imperialistas” de parte de nosso país. A seu ver, essas opiniões são fundamentadas, ou ilusórias? Ou por outro, há possibilidades de que um país cresça, sem que a manifestação de seu poderio transpasse suas fronteiras?

Sim, o gigante está se despertando e saindo de seu “berço esplêndido”. Isso é muito positivo. Sobre as eventuais críticas de seus vizinhos não as tenho notado. Ao contrário das críticas internas – agudas e eleitoreiras – acusando o governo de generosidade e de não saber defender os interesses nacionais com o vigor necessário. Meu conhecimento acadêmico e minha experiência como profissional em missões no exterior me convencem que o crescimento da influência brasileira no exterior constitui não somente novidade mas também elemento altamente positivo para as RI, especialmente as do Sul. Sem a presença ativa e propositiva do Brasil, certamente não teríamos o G20, não teríamos alcançado um incremento das relações Sul/Sul, não teríamos voz num mundo dominado por poucas potências que pretendem possuir o direito de dominação (através do CS/ONU) como também à força, já que se trata de países nucleares. O Brasil possui o que alguns denominam de soft power e que eu prefiro qualificar de good power.

8. A Estratégia de Defesa Nacional, ora em implementação, objetiva garantir ao Brasil a possibilidade dissuasória diante de ameaças externas desconhecidas. Para um país que cresceu geograficamente de maneira tão expressiva quanto o nosso, de modo nem sempre tão pacífico quanto se sabe, um “armar-se” não contradiz uma eventual postura pacífica, de modo a inspirar uma corrida armamentista de parte de seus limítrofes?

A região que abrange a América Latina e o Caribe constitui, historicamente, um espaço de paz e de estabilidade única no mundo. Após a independência, suas fronteiras permaneceram praticamente intactas, com escassas e marginais exceções. Essa situação contrasta com a fúria das guerras territoriais que assolaram a Europa e a África. Muitas explicações podem ser fornecidas. Contudo, ressalte-se que o baixo nível de gastos com armamento na região está na raiz dessa tranquilidade. Portanto, o Brasil não será o país a romper um ciclo histórico e virtuoso das relações regionais.

9. Em declaração à questão eleitoral haitiana: “A democracia é uma exceção à história do Haiti”, o que o senhor tem a dizer sobre o trabalho dos representantes internacionais do Haiti, do comentário do cônsul haitiano no Brasil que considera a desgraça vivida pelo país boa para promover o mesmo internacionalmente e se a instalação permanente da Minustah

conseguiria instaurar a democracia naquele país?

São três perguntas. Vamos começar pela mais simples, ou seja, o comentário do cônsul do Haiti em São Paulo. Seu autor tentou explicar, minimizar, interpretar e culpar outros, pois o impacto de suas infelizes declarações foram enormes. De fato, trata-se de um cônsul que está no Brasil desde a década de 1970 e portanto foi nomeado pela ditadura duvalierista. Nesse sentido, não deve haver nenhuma surpresa com o desprezo que ele trata o povo que representa. Não posso ir além, pois nesse caso defendo que não se deve “gastar pólvora em chimango”. Sobre o trabalho dos representantes internacionais no Haiti, sou qualificado para responder, embora mal colocado para fazê-lo. Mesmo antes do mortífero terremoto de 12 de janeiro de 2010, o Haiti estava sob os holofotes da comunidade internacional. Desde 1993, nada menos de seis missões de paz das Nações Unidas (por vezes em colaboração com a OEA) foram ao Haiti. Portanto, há um problema com o Haiti. Mas o que chama a atenção é o fato de que a comunidade internacional teve que regressar cinco vezes ao Haiti num período relativamente curto. Isso significa que também há um problema com a qualidade, a natureza, a forma e o desempenho das missões internacionais enviadas ao Haiti. De fato há uma profunda contradição entre os problemas fundamentais haitianos – baixíssimo nível socio-econômico e a altíssima instabilidade política – e o cardápio de ações ostentado pelas missões de paz, que se resume, essencialmente, em propostas securitárias, pois inspiram-se no capítulo VII da Carta de São Francisco. Frente a esse divórcio, pouco há o que fazer. Espero que a terrível tragédia que assolou o país no início deste ano, incite a comunidade internacional a reconsiderar sua estratégia no Haiti. Caso a cooperação internacional continue trilhando os mesmo caminhos que no passado, ela colherá os mesmos amargos frutos. Em todo caso, a experiência haitiana demonstra que a democracia não é um produto que pode ser adquirido nos supermercados políticos estrangeiros. Ao contrário. Ela resulta de um processo histórico, de uma experiência socio-política e de um querer comum – ou pelo menos majoritário – da comunidade nacional. Portanto, nada pode estar mais distante de um sonhado Haiti, democratizado por obra e graça da MINUSTAH a qual se transformaria em tropa de ocupação já que a democracia não pode impor-se pelas baionetas.

10. A emergência de novos atores no cenário internacional, não detentores de soberania, matizam ou inflexionam as RI de modo a uma nova configuração admissível? Por quê?

O final da Segunda Guerra Mundial provocou dois fenômenos contraditórios. Por um lado, assistimos ao surgimento de um processo de divisão do mundo em pólos opostos e irreconciliáveis. Foi o longo período da Guerra Fria. A fratura das RI foi confirmada por uma Revolução Chinesa autárquica e auto-suficiente. Entre as diferentes e profundas consequências advindas da disputa, está

a percepção simplista dos conflitos – por exemplo, o processo de descolonização – exclusivamente através do prisma dos distintos pólos de poder. Ou seja, o denominado Terceiro Mundo tornou-se refém de uma luta que não era sua. Por outro lado e confrontando o processo de fragmentação e de alinhamento, surge uma teia, que se densificou ao longo do tempo, de organizações internacionais – privadas inter-governamentais – bem como um forte desenvolvimento econômico provocando um sensível incremento do comércio internacional e da interdependência entre os povos. Como o comércio adocica os costumes, aparecem, na esteira do que alguns denominam globalização, novos atores que atuam na margem do sistema internacional. Não por isso que todos esses atores devam ser considerados ilegais, embora todos sejam marginais. Não creio que tal fenômeno mude a natureza da ação e as prerrogativas políticas e os privilégios jurídicos dos Estados. A ideia de uma crescente autonomia dos atores marginais não se sustenta. Assim, em meu Manual das Organizações Internacionais enfatizei o grau de dependência – por vezes de total submissão – das OI aos Estados. Considero que mais importante que esta evolução é levarmos em consideração em nossas análises das RI, o processo de tomada de decisão em política externa no interior de cada Estado (ou ator internacional). Considero esse campo como sendo um dos mais férteis e ao mesmo tempo um dos menos considerados pela pesquisa em RI.

11. É de se acreditar que os Estados-Nação, herdeiros da soberania de reis e imperadores, abram mão de seu reconhecido monopólio da violência?

Não. Não acredito que essa possibilidade esteja num horizonte previsível. Não se deve confundir a operacionalização do exercício da violência, na qual instrumentos de coerção privados são utilizados, com o monopólio das decisões de fazer a guerra ou firmar a paz. Movimentos armados considerados irregulares durante a luta pela descolonização ou em guerras de agressão, como a do Vietname, aspiram, invariavelmente a conquistar uma situação de regularidade ou legalidade. Todos esses movimentos, quando vitoriosos, desembocaram na formação de Estados. Além disso, o processo de privatização da Guerra do Iraque é conduzido pelo governo dos Estados Unidos. Enfim, não será porque Estados sejam incapazes de exercer de maneira permanente o monopólio da violência em certas partes de seu território que eles abrirão mão desse direito, que somente pode ser exercido de maneira monopolista. Por sinal, essa conquista constitui elemento fundador do Estado, sem o qual regrediríamos à situação que vigorava antes do Tratado de Vestfália.

12. Dentre as várias “teorias da conspiração”, uma das mais recorrentes é a que trata de um “governo mundial”. Em sua opinião, essa possibilidade seria bem-vinda? Necessária?

Obrigatória? Ou dispensável? Por quê?

Há muitas concepções e, conseqüentemente, diferentes etapas históricas para que venhamos alcançar um “governo mundial”. Sem entrar nos debates de como deveria ser esse modelo, que etapas já foram cumpridas nessa direção. Com a universalização da Carta de São Francisco, todos os Estados membros das Nações Unidas aceitaram abandonar a ação bélica como sendo seu atributo exclusivo e princípio de política exterior. O princípio da segurança coletiva tornou-se elemento fundamental da arquitetura das RI. Portanto, do ponto de vista jurídico e tratando-se de tema central de sua agenda – a sobrevivência dos Estados – houve avanço significativo porque é consagrada a transferência da responsabilidade de defesa nacional para um ente externo aos Estados. No caso das Américas, os Estados (e as respectivas populações) não são mais livres para escolher a forma de sua organização política. Desde a adoção da Carta Democrática Interamericana em 2001, a natureza do regime político dos Estados membros da OEA está sob tutela dos princípios derivados de um documento internacional (não ousou designá-lo como “tratado”) chamado de “Carta”. O recente exemplo de Honduras e o impasse sobre Cuba constituem exemplos marcantes. Desembocamos, em nossa região hemisférica, no que chamo de “ditadura da democracia”. Do ponto de vista da organização econômica das RI, há um rosário de instrumentos – mais ou menos eficazes – e de espaços de diálogo que podem configurar um modelo informal de governo econômico mundial ou, ao menos, de coordenação transnacional de políticas macro-econômicas nacionais. Finalmente, do ponto de vista dos valores, há uma formidável interpenetração – poderíamos dizer uma homogeneização – de conceitos, atitudes e princípios aplicados à administração interna dos Estados. São os denominados princípios da boa governança. Trata-se de evolução irrefreável das RI a qual, todavia, não deve desembocar num governo mundial nos moldes que conhecemos e que vigora nos atuais Estados. Essa evolução terá um desenho distinto dos Estados e uma nova engenharia, embora real, nem sempre será institucionalizada, das RI.

13. Consideradas as possibilidades não militares do tráfico de drogas, do terrorismo, das milícias paramilitares, das máfias que imperam em nossas principais cidades e em alguns países vizinhos e que se afiguram como ameaças às fronteiras políticas brasileiras, a militarização das fronteiras, tal qual se desenha (notadamente na Amazônia), justifica-se ou outras possibilidades deveriam ser consideradas? Se sim, quais seriam?

Somente é possível combater o crime transnacional com cooperação transnacional. Indispensável se torna a cooperação judicial, policial e dos serviços de inteligência. Sem uma estratégia regional, o controle militar – por sinal praticamente impossível – da fronteira amazônica, não será suficiente.

14. A UFSM criou um curso [em implantação] de Relações Internacionais. Qual sua mensagem para seus alunos e professores?

Por um lado fico muito feliz em constatar que a nossa querida UFSM despertou – ela também – para o mundo. Por outro, permanece uma ponta de tristeza em não poder estar presente em Santa Maria para participar do nascimento e desenvolvimento do Curso. Será, como sempre foi em circunstâncias parecidas, também uma aventura humana e social. Desejo que todos aqueles que dela fazem parte tenham êxito em seus propósitos, fortaleçam a ciência e, sobretudo, socializem o conhecimento.

